

ESPAÇOS CENTRAIS E PERIFÉRICOS:

Das práticas de ordenamento territorial e da transformação do papel das cidades

Lúcia Silva (PPGDT/UFRRJ)

Fania Fridman (IPPUR/UFRRJ) (debatedora)

RESUMO GERAL

Esta Sessão Livre propõe uma reflexão interdisciplinar sobre os padrões de ocupação e a atuação dos sujeitos sociais em diferentes tempos e territórios. “Tempo em/de transformação - Utopias”, o tema do XVIII Encontro Nacional da Anpur, nos remete ao paradigma da História, às temporalidades e aos territórios. Os tempos de constituição e de usos dos territórios convergem para a leitura dos processos de urbanização, isto é, à identificação dos momentos e movimentos sincrônicos ou diacrônicos relacionados ao estabelecimento de uma rede urbana em uma região. Remetem igualmente à estruturação de uma morfologia específica em uma parte da cidade e à materialidade como instrumento disciplinador da vida social através da criação de valores culturais ou das expectativas políticas voltadas a esta materialidade. Quanto ao território, sendo obra social, é fruto de relações de poder e historicamente construído por atores sociais heterogêneos com motivações sejam políticas, econômicas, sociais ou culturais.

As cinco apresentações de docentes e pesquisadores de instituições brasileiras serão dedicadas à análise das práticas de ordenamento em áreas centrais e periféricas ressaltando os aspectos teórico-metodológicos subjacentes aos processos analisados. De perspectiva histórica, os exemplos eleitos para a discussão dos mecanismos de ordenamento territorial existentes em cidades e regiões do país serão discutidos a partir de estudos de caso sobre o Rio de Janeiro (cidade, região metropolitana e estado), Porto Alegre e a região amazônica. Dinâmicas sociais de temporalidades distintas significaram transformações na materialidade e naquilo que genericamente denominamos de espaços periféricos e centrais. O conhecimento do processo de conformação de espaços centrais e periféricos exige uma análise comparativa, visto que são estabelecidos historicamente e territorialmente com base na relação dicotômica entre “centro” e “periferia”. Privilegiaremos os principais elementos utilizados na sua conceituação, diferentes em cada caso, principalmente no que tange aos argumentos acionados.

A dinâmica relacional centro-periferia está atrelada a uma hierarquia em função da subalternidade que é imputada a priori a uma das partes. Sua interpretação exige estudos de caso pois sua análise passa pela articulação das escalas em que se configura tal relação. Conceitos como “metrópole” e “rede urbana” deverão ser acionados para dar inteligibilidade

aos processos de urbanização no Brasil da mesma forma que o paradigma da “modernidade” para perscrutar um nível de realidade em que a dualidade centro-periferia se estrutura. Em qualquer que seja a escala da organização destes territórios, a centralidade reafirma-se nas dinâmicas do preço da terra, da industrialização, da atuação do Estado. Ou melhor, de um processo de urbanização (extensiva) ao qual agrega-se uma ideia de modernidade, ratificando os aspectos positivos e negativos inerentes à relação entre as duas áreas.

Na metrópole e nas zonas internas da cidade ou de uma região, à periferia está pressuposta uma localidade central. No caso de uma região, a construção de um espaço referencial desconsidera as descontinuidades internas e os diferentes ritmos das transformações. Tal consideração vale tanto para a Baixada Fluminense no período 1940-1970, para a Província do Rio de Janeiro durante o Oitocentos, para a região amazônica do final do século XX ou para Porto Alegre da Primeira República.

No caso da Baixada Fluminense, há um descompasso entre o modo de vida (cotidiano) da população, o que na prática forma o novo território como sub-região da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a (falta de) atuação do Estado (em suas múltiplas esferas). Este descompasso materializa-se na proliferação dos loteamentos e na imagem de violência produzida pela metrópole acerca do novo território. A Província fluminense, diferentemente da Baixada, consolidou-se a partir da atuação do Estado em torno das cidades, na medida em que os núcleos urbanos serviam como centros articuladores de espaços regionais, ou periféricos. E, neste sentido, o território fluminense pode ser pensado como laboratório de um projeto nacional em escala regional. Nestes casos a ação do Estado, lida através do jogo de escala proposto (histórica/tempo e geográfica/espço), aponta para o uso de uma multiplicidade de mecanismos existentes nas cidades. Ou seja, a priori estes não poderiam ser analisados conjuntamente em função da dimensão do tempo social ao explicitarem materialidades e ritmos de relações sociais ao longo do tempo no território. Os ritmos podem ser apreendidos/percebidos em outros lugares e períodos, ainda que sob diferentes aspectos, através das marcas (rugosidades) que permanecem no espaço.

Na região amazônica, a dimensão urbana na perspectiva de uma floresta urbanizada, tem um território expresso em subespaços diversificados com padrões de ocupação heterogêneos e dispersos. Essa diversidade remete à constituição de espaços referenciais atrelados ao modelo de desenvolvimento ou de modernidade. Por outro, a modernidade apresenta-se como problemática já que necessita ser traduzida pelas culturas locais. Com a Amazônia vista como margem (periferia), é importante a percepção desses processos locais marcados por descontinuidades.

Na escala da cidade, a configuração urbana é formada a partir da atuação de sujeitos heterogêneos, cujas contradições materializam-se em um sistema hierarquizado com diferentes padrões de ocupação e de formas de valorização. Zonas centrais, suburbanas e periféricas homogeneizam o que na prática são frutos da experiência de formação e de uso de múltiplos agentes na ação contínua da urbanização. Assim, ordenamento territorial expressa (enquanto produto) um conjunto de relações conflituosas em constante transformação, ainda que em alguns momentos se apresente como consolidado. E esta aparente estabilidade é utilizada para dar lógica aos processos erráticos na medida em que os atores modeladores agem segundo seus interesses.

Desta forma, é possível entender porque determinadas morfologias consolidam-se no espaço urbano e ao longo do tempo podem (ou não) ter a sua função modificada e, conseqüentemente, o seu sentido. E analisar como esta estrutura urbana passa a fazer parte de um imaginário e de um repertório discursivo capazes de criar expectativas sociais que passam a ser acionadas como recurso político na elaboração de consensos. Assim, a existência dessa materialidade - que permite identificar espaços como centro, subúrbio e periferia - possibilita também perscrutar os conflitos gerados em torno da produção e da distribuição dos bens de consumo coletivos dentro da cidade.

Utilizando-se metodologicamente do jogo de escalas (de tempo e espaço) e através de noções como “modernidade”, “consenso social” e “desenvolvimento” a partir de experiências concretas, os trabalhos pretendem verificar o papel da urbanização no ordenamento territorial e na disposição de espaços centrais e periféricos.

BAIXADA FLUMINENSE COMO REGIÃO PERIFÉRICA

Lucia Silva (PPGDT/UFRRJ)

Baixada Fluminense é um termo que se popularizou na década de 1970 durante a ditadura militar, sobretudo após a Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A Baixada emergiu discursivamente como uma faixa apta a ser apropriada como periferia no final da década de 1940 com a “febre dos loteamentos” quando uma população, sem nenhuma relação com a história do lugar, ocupou aquela localidade. Tais loteamentos ao mesmo tempo que significaram um esforço material para torná-los habitáveis, explicitaram a ausência dos governos locais. Os novos moradores ao se fixarem na região foram culpabilizados pelos antigos habitantes pelas mazelas sociais ocorridas a partir de então. Como sub-região da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense compõe-se hoje por oito municípios abrangendo mais de 3 milhões de habitantes numa área de 1,3 milhão Km². Constituída a partir da lógica da metrópole, as cidades dormitórios acolhem a sua população mais pobre. Essa dinâmica de ocupação ainda não foi totalmente entendida, principalmente no que tange à produção de novos códigos culturais, já que toda a História observada até a chegada daquela população não atende ao propósito de explicar a nova formação social que emergiria com os loteamentos.

CENTRALIDADES NA PROVÍNCIA FLUMINENSE: GEOGRAFIA HISTÓRICA, CIDADE E REGIÃO

Valter Luiz Macedo (IGEOP/UERJ)

O presente trabalho, que analisa aspectos da formação territorial fluminense no período imperial, reforça a ideia de que uma análise de fato geográfica dos espaços deve incorporar uma dimensão também temporal visto que toda forma social é produto

historicamente construído em um espaço e que este, a cada momento, denota processos de diferentes expressões de tempo. Assim, entende-se que analisar o território fluminense durante o século XIX, quando se institui no Brasil um projeto nacional, significa observar como dadas frações desse território configuram espaços diferenciados no contexto político, econômico e social da província, notadamente em seu viés urbano. E como premissa, adota-se a ideia de que o projeto nacional pretendido, de lastro fundamentalmente territorial, considerou o espaço citadino como mecanismo articulador de esferas regionais. É neste sentido, que associamos os conceitos de cidade e região em nossas discussões sobre uma possível geografia histórica do atual estado do Rio de Janeiro.

O LUGAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL CONTEMPORÂNEO NO CENÁRIO DA MODERNIDADE AMAZÔNICA

Claudia Helena Campos Nascimento (DAU/UFRR)

As paisagens representativas da cultura local são pontuadas por marcos de seus tempos. Na Amazônia, esses elementos compõem-se por conjuntos dispersos (diferentemente da ideia de sitio/centro histórico) que estabelecem relações de diálogo histórico e cultural de forma fragmentada. Ao discutir as relações entre o patrimônio cultural e lugar em seus aspectos físico e simbólico, para a invisibilidade despontada de seus dados constitutivos no contexto amazônico podemos atribuir dois aspectos: a sua dispersão e o desconhecimento das relações estabelecidas entre eles. Assim, partindo dos levantamentos e de estudos oriundos de pesquisas de campo, foi possível identificar o próprio patrimônio como modelo de compreensão histórica das cidades amazônicas. Através do diálogo com os conceitos de “lugar de memória” e de “não lugar”, pretendemos caracterizar o lócus do patrimônio cultural no cenário amazônico como instrumento analítico fundamental em relação à complexidade de outros núcleos. O objetivo é o de contribuir para a compreensão do patrimônio cultural na sociedade contemporânea e identificar quais elementos fizeram da invisibilidade uma característica do chamado Modernismo local.

O LUGAR DA CASA URBANA NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA

Luciana Alem Gennari (DCCT/UERJ)

O presente estudo trata da produção privada da habitação na consolidação de partes da cidade do Rio de Janeiro entre o último quartel do Oitocentos e o primeiro quartel do século XX. Esta estruturação resultou numa morfologia própria que perdura ainda hoje no território, em torno da qual as moradias articulam os fragmentos e as dinâmicas urbanas. A pesquisa se concentra em trechos dos atuais bairros de São Cristóvão, Botafogo e Vila Isabel, áreas que apresentam reminiscências materiais daquele período e que se localizavam, à época, já próximos dos arredores do núcleo urbano da cidade, isto é, uma quase periferia. Se

na virada para o século XX a cidade fosse tomada como um todo, partindo de seu centro em direção a seus limites, a separação entre zonas urbana e suburbana - uma partição municipal - acabou por se tornar um qualitativo dos lugares, além de importante instrumento de gestão. O objetivo da apresentação é o de mostrar na configuração territorial o papel dessas casas urbanas e dos grupos sociais a elas vinculados. Tais moradias revelam semelhanças com as suburbanas em sua materialidade e sociabilidade, principalmente em torno do tipo de loteamento, gabarito, uso e ocupação do solo, apesar de suas diferenças dentro do sistema urbano.

ESPAÇOS CENTRAIS E PERIFÉRICOS: MELHORAMENTOS MATERIAIS E MORAIS PARA UM CONSENSO URBANO EM PORTO ALEGRE

Cleandro Krause (IPEA/Brasília)

Propomos examinar como o emprego de melhoramentos urbanos e o advento do Urbanismo associam-se à criação de uma hegemonia de técnicas e de discursos entre os diversos agentes modeladores do espaço urbano. Nossas reflexões partem do caso da estruturação intraurbana de Porto Alegre durante a República Velha e no imediato pós 1930. Em um longo período de continuidade administrativa, o Estado e as elites intervieram tanto materialmente no meio e na moradia, como moralmente na educação e na disciplina. Grandes desigualdades- quantitativas e qualitativas – na distribuição de bens de consumo coletivo e nas condições para seu acesso intensificaram a diferenciação socioespacial, a qual, por sua vez, poderia fomentar conflitos entre grupos mais e menos contemplados. No sentido de evitá-los, intensificou-se o recurso a uma política simbólica, presente inicialmente nos discursos dos agentes políticos e na propaganda do partido no poder e, mais tarde, incluindo a ação de coalizões de elites como o Rotary Club, organicamente vinculadas à da municipalidade. Tal ação conjunta pode ser avaliada como bem-sucedida, se não em resolver os problemas urbanos elaborados, ao menos em manter uma ansiedade e expectativa geral por sua solução – o que denominamos de consenso urbano.